



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino, da Citricultura Gaúcha
e Berço da Bergamota Montenegrina"



Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 Montenegro/RS CEP 92510-050 - Fone: (51) 3632-3303
E-mail: camara@montenegro.rs.leg.br - site: www.montenegro.rs.leg.br

REQUERIMENTO

Requeiro, de acordo com o que dispõe o artigo 225 e o artigo 122, § 2º, da Resolução nº 221, de 14 de dezembro de 2021, que estabelece o Regimento Interno, **inclusão na Ordem do Dia** da presente Sessão Ordinária das seguintes matérias:

- Projeto de Lei n.º 06/2025, de autoria da Mesa Diretora, que altera a redação dos artigos 3º e 4º da Lei n.º 3.991, de 12 de dezembro de 2003, que institui o Programa de Vale-Alimentação aos servidores do Legislativo Municipal;
- Projeto de Resolução n.º 01/2025, de autoria da Mesa Diretora, que institui o benefício do auxílio-alimentação aos vereadores da Câmara Municipal de Montenegro/RS.

JUSTIFICATIVA:

O auxílio alimentação tem por objetivo subsidiar as despesas dos vereadores com alimentação, tendo natureza estritamente indenizatória, não se incorporando, sob hipótese alguma, ao seu subsídio mensal, vedada a sua incorporação aos proventos da aposentadoria e a incidência de descontos previdenciários e demais consignações. Além disso, o pagamento do auxílio alimentação aos agentes políticos não viola o disposto no artigo 39, § 4º, da Constituição Federal, que estabelece a sistemática remuneratória mediante subsídio em parcela única, desde que tal benesse esteja expressamente prevista em norma local.

Já o reajuste ao vale-alimentação dos servidores do Poder Legislativo, previsto no valor de R\$ 6,00 (seis reais), toma como base de cálculo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (divulgado pelo IBGE), cuja população-objetivo é composta por famílias cujo rendimento mensal familiar monetário disponível esteja compreendido entre 1 (um) e 5 (cinco) salários mínimos, em que a taxa acumulada no período de janeiro a dezembro de 2024 foi de 4,77% (quatro vírgula setenta e sete pontos percentuais). Em sendo assim, o referido reajuste visa repor as perdas inflacionárias, bem como, cobrir o aumento acumulado dos preços dos produtos alimentícios nesse período, que nem sempre reflete os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTENEGRO
"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino, da Citricultura Gaúcha
e Berço da Bergamota Montenegrina"



Rua Cel. Álvaro de Moraes, 1.515 Montenegro/RS CEP 92510-050 - Fone: (51) 3632-3303
E-mail: camara@montenegro.rs.leg.br - site: www.montenegro.rs.leg.br

índices oficiais de inflação, acompanhando o consequente impacto dessa elevação do custo de vida sobre o poder aquisitivo dos servidores deste Poder Legislativo. Dessa maneira, o reajuste proposto tem por objetivo diminuir as diferenças entre o benefício e o custo despendido pelos servidores com alimentação, além de reconhecer a importância do trabalho desenvolvido pelos servidores desta Casa Legislativa.

Por fim, salientamos que o Vale-Alimentação, por ser de caráter indenizatório, não compõe o cálculo do índice de comprometimento da Folha de Pagamento sobre a Receita Corrente Líquida, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

VEREADOR TALIS ROMEU POHREN FERREIRA
PODEMOS
Data Elaboração: 27/02/2025




CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
MONTENEGRO

RUA CEL. ÁLVARO DE MORAES, 1515 - 92510-050
02.856.827/0001-27

Manifesto do Documento

Para confirmar a integridade do documento, basta informar a chave de autenticação (52EE990E) no site:
<https://citta.click/f89csll5>

REQUERIMENTO		Autenticação
Protocolo 000446 de 27/02/2025 13:44:11		 52EE990E
Documento 000032 / 2025	Processo -	

Assinatura Eletrônica Simples



Identificação: TALIS ROMEU POHREN FERREIRA

CPF: 942***.***34

Assinado em: 27/02/2025 11:21:38

Local: IP: 201.159.54.186

Hash do documento (SHA-256): 1f9e1982b35176bbce4e15c3628d9c807012514adcba7b2a08a6398a18130cc0

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.